

ATA Nº 91/2023 – Da Comissão de Seleção, Normas e Documentos do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capivari de Baixo – SC.

1 Aos dez dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, às oito horas e quarenta minutos, na sala
2 de reuniões da Secretaria de Desenvolvimento Social, localizada na Avenida Ernani Cotrim,
3 163, Centro, Capivari de Baixo-SC, reuniu-se a Comissão de Seleção, Normas e Documentos
4 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a condução
5 da relatora: Dafna Correa Rodrigues (representante titular da AJL). Estando presentes os
6 conselheiros integrantes dessa comissão: João Victor Torres (Secretaria de Gestão e da
7 Fazenda), Marina Machado dos Santos da Rosa (representante titular do CEACA), Rosa
8 Machado Silveira (representante suplente do CEACA), Hamilton Gomes de Souza
9 (representante suplente da APAE). Faltando os representantes da Secretaria de Saúde e da
10 Secretaria de Desenvolvimento social. Sabrina explica que Alessandra informou que ela e
11 Tatiana, as representantes da Secretaria de desenvolvimento social, estariam em outra reunião.
12 Ainda estiveram presentes: Wagner Machado dos Santos (contador PMCB) e Alessandra
13 Pascoali (Controle interno). Dafna explica que esta reunião foi agendada para reavaliar o plano
14 de ação e aplicação deste conselho e rever o que estão longe, o que devem readequar.
15 Alessandra (CI) questiona se irão fazer para 2024, e explica que o orçamento se faz sempre no
16 ano anterior. Alessandra (CI) questiona se é pra ver se estão seguindo conforme o plano e
17 orienta que os conselheiros já devem elaborar o plano para o ano que vem. Dafna diz que para
18 isso devem olhar para ver o que foi feito e o que devem corrigir. Dafna relata que há ações que
19 envolvem recursos financeiros, e tem as ações que não e diz que um exemplo de ação é: reabrir
20 o prazo para acesso aos recursos do FIA. Dafna pede o apoio da contabilidade e diz que a
21 chancela é a maior fonte de captação de recursos e explica que quanto à Lei Paulo Gustavo
22 estão sem estrutura na municipalidade e portanto as entidades tem que competir com o Estado,
23 e diz que a parceria é fundamental para não ficar pendente o recurso, pois não tem conselho e
24 nem fundo municipal da cultura em funcionamento. Wagner questiona se o questionamento é
25 sobre os fundos ou especificamente do FIA e diz que avisou Sinara, que faz parte do conselho.
26 Alessandra (CI) diz que o conselho do meio ambiente é outro, e diz que Dafna refere-se ao da
27 Cultura. Dafna diz que existe no município a lei de criação do conselho e do fundo da cultura,
28 mas não está em execução. Wagner diz que devem regulamentar via decreto quem será o
29 responsável, se será secretário, ou o próprio prefeito. Dafna diz que esse decreto não tem e
30 relata que o que é importante o conselho saber é: Quais são os prazos pra cumprir com a
31 contabilidade para organizar os trabalhos do conselho. Dafna diz que essa questão do outro
32 conselho o João está verificando com o Jorginho. Alessandra (CI) diz que é conversa para terem
33 entre eles. Dafna pede que vá para o item 7 do plano: Recursos e aplicação. Alessandra (CI)
34 explica que o sistema já traz o valor. Wagner acrescenta que o sistema coloca automático
35 quando não é solicitado nada e explica que o PPA é vigente até o primeiro ano do mandato do
36 próximo prefeito. Dafna questiona qual o prazo que o conselho deve enviar o plano. Wagner
37 sugere que até o final de maio já enviem o orçamento para 2024. Dafna questiona se captarem
38 mais recurso. Alessandra (CI) se captar recurso a mais seria superávit. Wagner diz que seria
39 excesso de arrecadação. Dafna questiona o valor que tem no FIA hoje. Alessandra (CI) diz que
40 não pode dar a certeza, pois já tiveram projetos que já foram pagos: do CEACA, da AJL. Dafna
41 diz que da AJL foram dois. Dafna diz que as entidades devem fazer a atualização de seus
42 cronogramas dos projetos pra repassar ao conselho e diz que os conselheiros devem saber o
43 saldo em conta para abrir o edital com recursos existentes no FIA. Dafna diz que pedirá para
44 Luiz, tesoureiro. Dafna diz que será mais ou menos o valor que foi o último edital. Alessandra
45 (CI) diz que para ver os gastos do ano anterior é só ver a prestação de contas do FIA que foi
46 aprovada pelo conselho. Alessandra (CI) diz que, tirando o valor do cancelado que receberam
47 no último dia de dezembro, tiveram de arrecadação aproximadamente: R\$ 100.000,00, sendo o
48 imposto de renda R\$ 13.901,60 e os valores do TAC. Dafna observa que quem faz o FIA é o
49 cancelado e diz que é importante pensarem de deixar sempre aberto e que devem rever os

50 prazos. Alessandra (CI) diz que foram ágeis no repasse dos cancelados. Dafna diz que para o
51 primeiro projeto cancelado demorou aproximadamente um ano e meio para repassarem.
52 Alessandra (CI) diz que é importante saberem os trâmites, e afirma que agora todos sabem e é
53 só seguir. Dafna diz que o valor que consta como receita no plano de aplicação de 2023 é R\$
54 145.762,00. Alessandra (CI) diz que a resposta do Luiz, tesoureiro, é que atualmente se encontra
55 R\$ 404.000,00 no FIA. Dafna questiona sobre as verbas do Gabinete do prefeito direcionadas
56 ao custeio do CMDCA, pois devem pensar nas contratações, por exemplo: da capacitação e
57 aplicação das provas para o conselho tutelar. Alessandra (CI) diz que está incluso nas verbas
58 do gabinete. Sabrina diz que fica um pouco abaixo no plano de ação e aplicação e mostra em
59 tela. Alessandra (CI) diz que seria verba do conselho tutelar. Dafna diz que difere conselho
60 tutelar e conselho de direito. Alessandra (CI) diz que o FIA está dentro do Gabinete do Prefeito.
61 Wagner observa que talvez esteja na Secretaria de Assistência. Dafna diz que então buscarão
62 os orçamentos e na contabilidade veem a dotação. Dafna diz pra colocar previsão para
63 capacitações e observa que todos ano recebem demandas de capacitações do conselho tutelar,
64 e diz que a primeira capacitação pode ser pelo FIA, porém as demais pode ser pelo Gabinete do
65 prefeito. Alessandra (CI) diz que as ações voltadas para a infância e adolescência estão em cada
66 Secretaria e no PPA. Wagner diz que no PPA constam ações genéricas. Dafna questiona valor
67 que consta no plano. Alessandra (CI) diz que acrescenta 5% para o próximo ano. Wagner sugere
68 fazer o levantamento do valor dos últimos anos. Alessandra (CI) diz que faz pelo TAC. Dafna
69 diz que, quanto aos projetos cancelados, a entidade leva a carta para a pessoa jurídica e
70 questiona de que forma poderiam encaminhar pra pessoa física e diz que tem município que a
71 pessoa física consegue direcionar, como exemplo: Tubarão. Rosa diz que conseguiria mais
72 doadores somente se o recurso for direcionado pra entidade e não geral para o FIA e diz que
73 teve contato com duas pessoas do fórum que disse que só doariam se fosse dessa forma. Rosa
74 diz que Wagner falou que é possível. Dafna questiona qual o procedimento que deve ser feito:
75 como explicar para a pessoa física como direcionar essa doação. Dafna diz que, por exemplo,
76 está com projeto que falta o valor de R\$ 5.000,00. Wagner diz que existem duas formas: a forma
77 direta que é através da Guia DARF, no site da receita, e a cancelada onde a pessoa vai e
78 informa a entidade e o município que doou. Dafna diz que devem ver qual será o trâmite.
79 Wagner diz que se tiver mais recurso é um excesso e a prestação de contas contendo as notas é
80 depois. Rosa diz que a APAE de Blumenau sempre encaminhava solicitação de verba para
81 projetos da entidade com o FIA, porém não sabe qual o trâmite. Dafna diz que a AJL tem
82 comunicação pois é entidade pequena e diz que deve haver um controle da entidade e também
83 do conselho, quanto aos recibos e o que foi depositado, também enquanto contabilidade. Dafna
84 exemplifica que a entidade irá captar pra três projetos ao mesmo tempo, então devem verificar
85 pra qual projeto será o recurso. Alessandra (CI) diz que por isso as contas específicas para cada
86 projeto da entidade, pois cada conta da AJL vai para um projeto. Dafna diz que há um GAP
87 entre o banco e prefeitura, pois essa conta não pode ter taxa bancária, eles pedem o termo para
88 isentar. Dafna diz que depois da captação demora e explica que captou em 31 de dezembro, e
89 que o termo saiu em março, então no momento da captação ainda não vão ter. Alessandra (CI)
90 diz que abre primeiro e depois isenta, pois a taxa é pequena pelo valor que vão aportar. Wagner
91 questiona se é conta específica para cada projeto. Alessandra (CI) diz que tem que ter. Dafna
92 diz que só tira de lá se tiver Resolução do conselho. Alessandra (CI) sugere que tenham mais
93 abas: pra contas de projetos cancelados e de imposto de renda. Rosa diz que poderia ser por
94 entidade e exemplifica: Conta do CEACA do FIA, Conta da APAE do FIA. Rosa diz que só
95 vão liberar o recurso quando o conselho liberar através de resolução. Wagner questiona quem
96 presta contas. Alessandra (CI) diz que é a entidade quem presta a conta. Dafna diz que precisam
97 saber dessas despesas pra abrir essas contas e questiona se tem como ter contas para cada
98 entidade. Wagner diz que pesquisará a legalidade. Dafna solicita que já retornem a resposta até
99 a reunião ordinária do CMDCA agendada para 27 de abril de 2023. Wagner (contador) e
100 Alessandra (CI) se ausentam as 9h40min. Dafna sugere revisar os prazos do edital cancelado.
101 Rosa observa que está aberto até o final do ano. Dafna diz que deveria ficar aberto direto. Dafna

102 sugere passar para a tabela das ações. Sabrina coloca em tela o item 5: síntese das diretrizes,
103 metas e responsáveis. Dafna diz que recorda de uma tabela em Excel. Sabrina diz que esse é
104 item da Comissão do FIA, que será na sexta-feira. Dafna questiona se não deveria constar as
105 ações no plano. Sabrina diz que podem incluir mais ações, caso já não estejam e alerta que essa
106 tabela de baixo é apenas a síntese, um resumo, e que as ações encontram-se acima. Dafna realiza
107 a leitura da Diretriz 1: Conhecimento da realidade da criança e do adolescente e diz que é ação
108 contínua em 2023, solicitar o diagnóstico situacional da criança e do adolescente, junto aos
109 órgãos responsáveis, visando obter dados e informações para orientar diretrizes e ações da
110 política de atendimento. Sabrina diz que uma coisa que vem reforçando é que: os prazos das
111 ações não deveriam ser contínuos e sim no decorrer dos meses, por exemplo: mês de abril farão
112 tais e tais ações, mês de maio tais e tais ações, conforme exemplo da apostila do tribunal de
113 contas, também encaminhada junto ao plano através de e-mail, e complementa dizendo que é
114 uma previsão. Dafna diz que quanto a meta um devem enviar ofícios pedindo informações do
115 primeiro quadrimestre, Rosa diz que deveria ser semestral. Sabrina relembra que já está na
116 página 13, ação 1 que é quadrimestral, e diz que essa não é a discussão. Dafna recorda que já
117 iniciaram a discussão sobre os questionamentos que enviariam, e diz que agora solicitam as
118 informações para as Secretarias, porém devem ver a questão de prever verba no orçamento para
119 realizar o diagnóstico situacional e diz que não é atribuição do conselho fazer. Dafna sugere
120 para esse momento solicitar: o n. de casos, idade, bairro, maior incidência, às secretarias: de
121 saúde, educação, assistência e ONGs. Hamilton observa que dificilmente terão um diagnóstico
122 fiel. Dafna diz que as Secretarias tem dados, preenchem relatórios que contém dados que devem
123 ser utilizados. Rosa sugere que peçam então por exemplo: em abril e em setembro. Sabrina
124 relembra que em ano anterior iniciaram as discussões onde foram feitas algumas anotações pela
125 conselheira: Simone. Dafna diz que a sugestão é encaminhar ofício solicitando as informações
126 e diz que criará o modelo. Conselheiros concordam por unanimidade. Dafna diz que não
127 conseguirão discutir o restante hoje, pois tem reunião em seguida. João Victor também diz que
128 não poderá ficar mais. Após debates conselheiros definem reunião extraordinária da Comissão
129 de seleção, normas e documentos, às 9h30min, presencial, após a reunião do FIA na sexta-feira,
130 dia 14 de abril de 2023. Conselheiros aprovam por unanimidade. E não tendo mais a se tratar,
131 a reunião foi encerrada às 10h. E, para constar eu: Sabrina Medeiros da Silva, na condição de
132 Assistente administrativo do Conselho Municipal de Capivari de Baixo, lavrei a presente ata
133 que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.